

REDE NOSSA SÃO PAULO

Este documento faz parte do
Repositório Digital da
Rede Nossa São Paulo

www.nossasaopaulo.org.br

Facebook, Youtube e G+: Rede Nossa São Paulo

Twitter: @nossasaopaulo

REUNIÃO DO COLEGIADO DE APOIO – 24/6/09

Participantes: Maurício Piragino (Xixo), Gustavo Cherubine, Carmem Amaral (Caci), Heitor Marzagão Tommasini (Movimento Defenda São Paulo), Ariel Kogan, George Winnick, Maurício Broinzi, Zuleica Goulart, Lucila Lacreta, Luanda Nera, Airton Goes, Luis Amaral, Odilon Guedes, Jorge Kayano, Maria Alice Nassif, Luciano Santos, Luciana Ebedeschi (Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos)

Alargamento da Marginal Tietê

Xixo sugeriu uma posição do Movimento sobre a ampliação da Marginal. Maurício vai colocar na pauta do GT de Meio Ambiente essa questão. Há uma grande polêmica, estamos reunindo informações. Gustavo informou que houve uma reunião no Clube Espéria com cerca de 40 entidades para discutir o assunto. Haverá um debate na Casa da Cidade, dia 29.

Lucila lembrou que o Plano Diretor Estratégico (PDE) prevê duas grandes avenidas, o Arco Norte e o Arco Sul, mas não o alargamento da marginal. “Os planos regionais da Zona Norte já mencionaram melhorias na região, e esse projeto da marginal as ignorou. Não se consegue quantificar qual a contrapartida, a compensação é nebulosa, a região é impermeável”.

Airton disse que foi convocada de última hora uma reunião na Câmara pelo Aurélio Miguel para debater a nova pista da Marginal, e que o vereador de manifestou contrário à obra. “Há também na Câmara uma resistência à obra. E eles cobraram uma posição do movimento”.

Encaminhamentos:

- GT Meio Ambiente será pautado para discutir o assunto;
 - Gustavo vai encaminhar agenda de reuniões;
 - Movimentos podem fazer ações conjuntas.
-

Moradores de rua

Caci sugeriu uma atuação maior com os moradores de rua. Maurício lembrou do recém-criado GT Assistência Social.

IRBEM

Média de respostas de 100 questionários online por dia. Versão impressa ficará pronta em poucos dias (até 30/6) . Depois, vamos precisar de apoio para digitação desses questionários.

Kayano informou que o Polis vai promover debates para tentar responder o questionário coletivamente.

Plano Diretor Estratégico

Maurício lembrou que, na última reunião, o Colegiado deliberou entregar uma carta ao Kassab solicitando a retirada da revisão do pde na Câmara. Ao mesmo tempo, as entidades que estão à frente dessa questão se reuniram no sábado justamente para escrever uma carta ao Kassab. E informou que, em vez de escrevermos uma nova carta, decidimos assinar a carta conjunta. (http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/arquivos/carta-plano_diretor.pdf).

A carta foi entregue na segunda-feira, dia 22/6. No mesmo dia houve uma reunião com os três GTs envolvidos – Jurídico, Acompanhamento da Câmara e Democracia Participativa.

Foram discutidos os próximos passos, principalmente porque o prefeito anunciou à imprensa que não vai retirar o projeto. Também foi estabelecido que precisamos analisar melhor os três contextos – Executivo, Legislativo e Judiciário – e devemos tomar decisões.

Heitor informou que no dia 23/6, terça-feira, houve uma reunião com as entidades e a impressão geral é a que o Prefeito não vai retirar e a Câmara não vai devolver. É uma decisão de governo, eles vão tocar o processo. “Decidimos fazer uma espécie de cartilha, mostrando ‘por que não a revisão?’. Nós estamos participando das audiências públicas para dizer não! Esse documento apresentaria todos os argumentos jurídicos e as questões de cunho urbanístico – quais os problemas que a revisão vai trazer efetivamente para a vida das pessoas. A idéia é conscientizar as pessoas para dizerem ‘não’”. Heitor também disse que as entidades vão entrar com uma ação pedindo a anulação da audiência pública ocorrida na segunda-feira, dia 22. “A convocação foi confusa, houve troca de horários, não foi adequada”.

Lucila destacou o artigo 31 da recém-aprovada lei de combate às mudanças climáticas revogou o artigo 213 do PDE que estabelecia a fórmula da outorga onerosa. “O artigo 31 diz que o Executivo definirá padrões de redução de outorga onerosa para as construções que utilizarem energias renováveis. A outorga onerosa não é para isso, é um fator de distribuição de renda!!! Poderia ter havido outro tipo de incentivo... O artigo 31 altera o artigo do PDE que está em plena revisão. E isso não pode ocorrer, já que o PDE está sub-judice”.

Maurício questionou sobre a possibilidade de redigirmos um amicus curiae para que a sociedade civil entre como parte interessada no processo. Dr. Luciano confirmou que o instrumento é, sim, possível neste caso. E que a ação para anulação da audiência é uma possibilidade também.

Caci destacou a importância da cartilha que será produzida e defendeu a mobilização da imprensa para o assunto. “Devemos deixar clara a postura, mostrar que o Legislativo e o Executivo estão destruindo o pouco de planejamento que temos”.

Zuleica informou que a Câmara colocou na Internet um documento didático sobre o PDE e sobre a importância da revisão.

Gustavo concordou e disse que precisamos planejar como será nossa relação com a imprensa, já que todos os veículos dependem do mercado imobiliário como anunciantes. Toda ela depende desse mercado imobiliário. “Estamos perdendo todas as ações. Podemos investir no bloqueio das audiências públicas quando elas estão ocorrendo, uma tática de guerrilha mesmo”.

Xixo ponderou que, se estamos numa luta para perder, talvez tenhamos que interrompê-la. E George defendeu “uma postura mais propositiva”.

Maurício ressaltou que o MNSP vai continuar acompanhando as três frentes – Executivo, Legislativo e Judiciário – e que já existe uma decisão de continuar participando das audiências públicas. “Mas eu acho que não devemos criar hostilidades. Temos que tomar cuidado com isso. Vamos ter que disputar no campo das idéias, das propostas, temos argumentos suficientes sem precisar criar uma situação de hostilidade com o poder público”. Gustavo ressaltou que não usou a palavra “hostilidade”.

Maurício também afirmou sobre que foi questionado sobre o fato do SESC hospedar as audiências públicas (quatro delas foram agendadas em unidades do SESC) – trata-se apenas da cessão do espaço ou representa um apoio à revisão? Maria Alice respondeu que a missão do SESC é oferecer espaços para discussões que possam favorecer as comunidades que não têm acesso à informações, estimular a reflexão etc. Por isso o Police Neto procurou o Danilo para liberar o espaço, mas de forma absolutamente isenta.

Kayano propôs que SESC formalizasse um pedido de esclarecimento para a Câmara. Maria Alice argumentou que não é possível controlar tudo o que vai ser discutido dentro dos espaços cedidos pelo SESC.

Sobre as ações judiciais, Luciana destacou que são importantes por, principalmente, obrigarem o Executivo a uma prestação de contas. Ela reforçou que ocorreram ilegalidades na última audiência pública do PDE, como a falta de retorno (devolutiva) à sociedade.

Na esfera do Poder Executivo, Heitor sugeriu encaminharmos a carta dirigida ao Prefeito também aos secretários e aos subprefeitos.

Quanto ao Judiciário, Luciano lembrou que o MNSP já teve uma importante derrota. “O Judiciário não é nosso parceiro. Devemos agregar outros parceiros, como o ministério público democrático e os defensores públicos, além de juristas que podem nos ajudar com artigos, pareceres etc”. Ele lembrou que a OAB-SP tem uma comissão de direito imobiliário, cujos advogados defendem as empreiteiras, mas se comprometeu a conversar com eles.

ENCAMINHAMENTOS:

- Panfleto/ texto informativo para ser feito antes da cartilha para instrumentalizar a participação nas audiências públicas. A frente elabora o texto, a secretaria executiva do MNSP o repassa por e-mail para o Colegiado;
- Secretaria executiva enviará a todos os subprefeitos e secretários a mesma carta já enviada ao prefeito;
- Dr. Luciano, do GT Jurídico, ficou de analisar a possibilidade de redigir uma proposta de amicus curiae. A sugestão é uma redação conjunta entre Defenda São Paulo e GT jurídico;
- Coletiva de imprensa para apresentar o amicus curiae com assinaturas de juristas, personalidades etc. O chamamento será em nome do MNSP e da Frente. Enquanto isso, vamos divulgar as ações para a imprensa.

